



IFPI

Técnico em Assuntos Educacionais

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais e multimodais...	1
Gêneros e tipologias textuais	7
Recursos estilísticos: figuras de linguagem e efeitos de sentido	16
Coesão e coerência textuais	22
Norma padrão e variação linguística	26
Ortografia oficial vigente e acentuação gráfica (conforme o Novo Acordo Ortográfico)	29
Uso do sinal indicativo de crase	43
Morfologia: Classes de palavras, flexão nominal e verbal	47
Processos de formação de palavras	63
Sintaxe da oração e do período: termos da oração; processos de coordenação e subordinação	69
Concordância verbal e nominal	75
Regência verbal e nominal	82
Colocação pronominal	89
Uso dos sinais de pontuação	91
Semântica: Sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; polissemia, ambiguidade e efeitos de sentido (conotação e denotação)	96
QUESTÕES.....	101
Gabarito.....	113

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto / Capítulo IV - Da Ciência e Tecnologia / Capítulo VII - Da Administração Pública	1
Lei nº 8.069, de 13/7/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente	22
Lei nº 8.112, de 11/12/90: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais	92
Decreto nº 1.171, de 22/6/1994: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal	137
Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e suas alterações: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	141

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei nº 11.892, de 29/12/2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências	174
Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999).....	182
Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005).....	193
ECA Digital (Lei nº 15.211/2025)	203
RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI Nº 253, 22 de dezembro de 2025 - Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.....	216
Questões	216
GABARITO	222

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Profissional e Tecnológica (EPT): História, constituição e desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; organização e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Institutos Federais: princípios, objetivos, finalidades e organização acadêmica; integração entre Educação Básica, Educação Profissional Técnica e Educação Superior; Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional Integrada (PROEJA); pesquisa como princípio educativo e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	1
Legislação Educacional: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (educação, igualdade e vedação a todas as formas de discriminação).....	6
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e suas alterações; legislação da Educação Básica, da Educação Profissional Técnica e Tecnológica e da Educação Superior	6
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e atualizações.....	6
Diretrizes Curriculares Nacionais	71
Documentos normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE)	85
Lei nº 11.892/2008 e alterações;	90
Decreto nº 5.154/2004.....	90
Decreto nº 5.840/2006.....	92
Decreto nº 12.603/2025.....	94
Lei nº 10.861/2004 (SINAES).....	100
Lei nº 12.711/2012.....	104
Lei nº 13.409/2016	106
Lei nº 14.723/2023	107
Decreto nº 11.785/2023.....	109
Resolução CNE/CEB nº 2/2020	113

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Resolução CNE/CP nº 1/2021	114
Resolução CNE/CEB nº 2/2024	131
Resolução CNE/CEB nº 3/2025	150
Resolução CNE/CES nº 7/2018	155
Parecer CNE/CES nº 576/2023.....	158
Resolução CNE/CP nº 4/2024.....	165
Resolução CNE/CP nº 1/2004.....	178
Resolução CNE/CP nº 1/2012.....	180
Resolução CNE/CP nº 2/2012.....	182
Resolução CNE/CEB nº 5/2012	188
Resolução CNE/CEB nº 8/2012	199
Lei nº 11.645/2008.....	218
Administração Pública, Ética e Legislação Aplicada: Lei nº 8.112/1990	218
Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público)	219
Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	219
Lei nº 14.811/2024.....	219
Lei nº 15.211/2025.....	222
Lei nº 15.388/2026	222
Lei nº 14.113/2020.....	231
Lei nº 14.276/2021 (FUNDEB)	254
Políticas Públicas Educacionais: Conceitos e tipologias de políticas públicas; políticas para a Educação Básica; políticas para a Educação Profissional e Tecnológica; políticas para a Educação Superior; democratização do acesso, permanência e êxito escolar; avaliação e monitoramento das políticas públicas educacionais	258
Currículo, Planejamento e Organização do Trabalho Pedagógico: Concepções de currículo; currículo e diversidade; currículo integrado; organização curricular da Educação Profissional; integração entre formação geral e formação profissional; flexibilização curricular; planejamento educacional; planejamento didático; Projeto Político-Pedagógico (PPP); Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Projeto Pedagógico de Curso (PPC); organização do trabalho pedagógico; planejamento participativo	263
Gestão Educacional e Gestão Pedagógica: Gestão democrática da educação; gestão pedagógica; coordenação e acompanhamento pedagógico; organização acadêmica e administrativa; planejamento, execução e acompanhamento das ações pedagógicas; avaliação institucional; indicadores educacionais	268
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Piauí (2025-2029)	273
Projeto Pedagógico Institucional do IFPI.....	273
Didática, Ensino e Aprendizagem: Fundamentos da Didática; processo de ensino e aprendizagem; planejamento do ensino; organização do trabalho docente; metodologias de ensino; metodologias ativas; acompanhamento pedagógico da prática docente; formação docente; formação inicial e continuada; profissionalização docente; saberes docentes; práxis docente.....	278

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Avaliação Educacional: Avaliação da aprendizagem; avaliação diagnóstica; avaliação formativa; avaliação somativa; critérios e instrumentos de avaliação; relação entre planejamento e avaliação; recuperação e recomposição das aprendizagens; conselho de classe; avaliação institucional; avaliação em larga escala; avaliação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica	283
Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem: David Ausubel; Jerome Bruner; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Henri Wallon.....	288
Educação Inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; legislação da Educação Especial; diretrizes curriculares para Educação Inclusiva; acessibilidade e desenho universal para aprendizagem; atuação do NAPNE na Rede Federal	293
Lei nº 10.048/2000	298
Lei nº 10.098/2000	299
Decreto nº 5.296/2004.....	304
Lei nº 13.146/2015	322
Lei nº 14.191/2021	354
Decreto nº 12.686/2025.....	356
Portaria nº 421/2026.....	362
Educação em Direitos Humanos	368
Educação para as relações étnico-raciais; educação indígena; educação quilombola; gênero; identidade de gênero; orientação sexual; promoção da equidade	372
Decreto nº 8.727/2016.....	377
Lei nº 13.663/2018	378
Lei nº 14.164/2021	379
Lei nº 14.986/2024	380
Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na educação; tecnologias educacionais na Educação Básica, na Educação Profissional e Tecnológica e na Educação Superior; Educação a Distância (EaD); ambientes virtuais de aprendizagem; cultura digital; inteligência artificial aplicada à educação; competências digitais para a atuação do Técnico em Assuntos Educacionais	380
Questões	385
Gabarito.....	392

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.



DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe



Conhecimentos Específicos

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CONFIGURAÇÃO DA REDE FEDERAL

► Da aprendizagem de ofícios à institucionalização da educação profissional

A Educação Profissional e Tecnológica brasileira foi construída em diálogo com mudanças econômicas, sociais e políticas que alteraram o lugar do trabalho e da escolarização. Durante muito tempo, a formação para ofícios esteve associada a práticas assistenciais e a iniciativas destinadas às camadas populares, separando o ensino intelectual das aprendizagens manuais. Essa dualidade marcou a organização educacional: de um lado, percursos voltados à continuidade acadêmica; de outro, percursos direcionados à inserção ocupacional imediata. A superação dessa separação tornou-se um dos eixos do debate contemporâneo sobre a EPT, porque formar para o trabalho não significa restringir a pessoa a uma função produtiva. Significa articular conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais que permitam compreender processos de produção, participar da vida pública e acompanhar transformações do mundo do trabalho.

Marcos institucionais e transformação das escolas federais

Em 1909, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices tornou-se um marco consolidado da presença federal na formação profissional. Ao longo do século XX, a rede passou por diferentes denominações e formas institucionais, acompanhando industrialização, urbanização, expansão de serviços e aumento da demanda por escolaridade. Escolas técnicas e agrotécnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica e outras unidades federais ampliaram gradualmente suas atribuições. Esse percurso ajuda a compreender por que a configuração atual reúne formação técnica, cursos superiores, pesquisa e extensão em uma mesma institucionalidade. A criação dos Institutos Federais, em 2008, pela lei que estruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, consolidou uma organização multicampi com forte presença territorial e com a possibilidade de ofertar diferentes níveis e modalidades de educação profissional.

A tabela organiza transformações institucionais relevantes sem reduzir a história a uma sucessão de nomes. O critério principal é a mudança de função educacional e de alcance formativo.

Configuração histórica	Ênfase predominante	Mudança educacional associada	Efeito institucional
Escolas de Aprendizes Artífices	Formação inicial para ofícios	Presença federal organizada na formação profissional	Criação de unidades voltadas ao ensino de atividades produtivas
Escolas técnicas e agrotécnicas	Formação técnica vinculada a setores urbanos e rurais	Maior sistematização curricular e especialização	Ampliação da formação técnica pública
Centros Federais de Educação Tecnológica	Educação tecnológica em diferentes níveis	Aproximação entre formação técnica e educação superior	Expansão de cursos, pesquisa e desenvolvimento tecnológico
Institutos Federais	Formação verticalizada e integração territorial	Articulação entre educação básica, técnica, superior, pesquisa e extensão	Estrutura multicampi com atuação regional diversificada